

## **VISÃO GEOPOLÍTICA MUNDIAL**

### **INTRODUÇÃO**

Geopolítica, como disciplina, implica, de uma maneira geral, na compreensão das relações recíprocas (ou não) entre o poder político nacional e o espaço geográfico da Nação. Sendo assim, o centro de tal estudo estaria relacionado às limitações da ação do Estado no que se refere à posição geográfica, no sentido de orientar tais ações por meio, também, de análises das relações internacionais.

Considerando esta exposição, é possível compreender que a geopolítica é determinada pelo ponto de vista da análise. Isso explicaria o fato de muitas obras que abordam o assunto tratarem de situações particulares como, por exemplo, “A Capital da Geopolítica”, que é um estudo sobre Brasília especificamente e “Que es La Geopolítica?”, cujo centro é a história da geopolítica exercida por um coronel argentino.

Por outro, considerando-se de um modo geral os acontecimentos que envolvem o homem (e também a sociedade) desde a pré-história até a Idade Moderna, a imposição de um ponto de vista particular no que se refere às relações políticas (e, portanto, também sociais, culturais, dentre outros), o Estado e os espaços geográficos sempre acontecerá, porque também interfere na produção sobre os assuntos.

Desta forma, neste material encontram-se esclarecimentos sobre diversos períodos, enfatizando-se as mesmas relações da abordagem geopolítica, no entanto, a partir de base histórica, com o objetivo de facilitar o estudo, mas sem reduzir demasiadamente aspectos que em discussões realmente geopolíticas seriam de uma complexidade desnecessária para o caso em que este material se aplica.

## **PRÉ-HISTÓRIA**

O período pré-histórico não deve ser visto como homogêneo e linear, visto que os seres humanos se espalharam por muitas regiões e enquanto alguns grupos alcançavam determinado estágio (como, por exemplo, a Idade dos Metais), outros permaneciam em outro (por exemplo, Idade da Pedra Polida).

Isto porque, tanto na pré-história quanto na história, os acontecimentos são influenciados por diversos fatores tais como o meio geográfico, as circunstâncias históricas, as necessidades dos homens e suas capacidades que fazem de cada momento uma realidade complexa.

O que marca o fim da pré-história e, portanto, o início da história é a invenção da escrita o que, para alguns autores, vincula-se diretamente à noção de que história sem documentos, principalmente textuais, não pode ser realizada.

Assim como outras épocas, a concepção de pré-história aparece relacionada ao pensamento eurocêntrico ou, em outras palavras, à idéia de progresso histórico:

[...] a humanidade evoluiria de estágios menos aperfeiçoados para situações melhores, conforme o tempo passa e as civilizações se sucedem. É como se existisse um roteiro, uma trajetória que devesse ser obrigatoriamente cumprida por todos os povos e sociedades, por toda a humanidade (VICENTINO; DORIGO, 2005, p. 17).

E, portanto:

[...] a pré-história corresponderia a um período em que a humanidade estaria ensaiando seus passos, em que ainda não se organizava em civilização e engatinhava no domínio de tecnologias essenciais, como o uso do fogo, dos metais etc (VICENTINO; DORIGO, 2005, p. 17).

Desta maneira, os povos que já tinham elaborado a escrita eram os “desenvolvidos” ao passo que os outros eram os “atrasados”. É a partir dessa premissa evolucionista que as nações européias passam a se considerar superiores, desencadeando e justificando suas conquistas que, por conseguinte, resultaram também em violência e exploração/escravização (sem falar na justificação do racismo, inclusive, de ordem científica), o que segundo os autores (2005, p. 17), “[...] muitas vezes, apresentada como um ‘favor’ aos submetidos e uma ‘missão’ de conquistadores, já que servia para ‘melhorá-los’, para ‘civilizá-los’”.

Especificamente com relação à pré-história, os primeiros primatas teriam surgido há 60 milhões de anos, mas somente entre 4 e 6 milhões de anos atrás é que acredita-se na

**UNIP – Universidade Paulista**  
**Estudos Políticos e Sociais**

diferenciação de um grupo (no leste da África) com relação aos outros (que ainda viviam em árvores). Tal grupo (*Australopithecus*) tornou-se bípede.

A espécie mais antiga do gênero humano seria o *Homo habilis*, o qual também teria surgido na África. São outros primatas destacados por diversos autores *Homem de Neanderthal* e *Homo Sapiens*.

Durante o Paleolítico (2,7 milhões de anos até 10.000 a.C.), a vida dependia da coleta, caça e pesca, sendo que os grupos deslocavam-se constantemente em busca de áreas que possibilitassem a sobrevivência (nomadismo). De acordo com os autores já citados:

Em um segundo momento, há cerca de 40 mil anos, predominou a vida em bandos e a procura ou construção de habitações, como as cabanas feitas de gravetos e galhos de árvores, tendas de peles de animais ou cavernas decoradas com pinturas que reproduziam cenas de seu cotidiano – as pinturas rupestres (VICENTINO; DORIGO, 2005, p. 19).

O fim da última glaciação, ainda segundo tais autores (2005), teria motivado a migração de diversos animais, dentre os quais o homem, para lugares onde houvesse abundância vegetal, o que resultou na fixação dos grupos em locais determinados, na domesticação de animais e no cultivo de plantas.

Já no Neolítico, o homem desenvolve melhores técnicas para sua sobrevivência, especialmente, no que se refere à agricultura.

A terra aproveitada pertencia ao coletivo, a produção foi distribuída, ocorreu a divisão do trabalho (baseada principalmente em capacidades físicas), além do desenvolvimento do pastoreio para alimentação e também transporte.

Nas aldeias, formaram-se grupos sociais denominados **clãs**, entre os quais as alianças são chamadas **tribos**.

O período Neolítico seria a época em que teriam sido identificadas as primeiras manifestações de religiosidade e as origens do pensamento político:

De fato, ao deixar de depender da coleta e passar a garantir o seu sustento com a agricultura, alguns grupos humanos abriram caminho para a organização de estruturas sociais e políticas cada vez mais complexas, envolvendo populações cada vez maiores, fixadas em áreas férteis, notadamente às margens de grandes rios (VICENTINO; DORIGO, 2005, p. 19).

Por fim, na Idade dos Metais, devido a intensificação da produção de utensílios, bem como a sistematização de troca de bens, as aldeias e tribos transformam-se em

**UNIP – Universidade Paulista**  
**Estudos Políticos e Sociais**

idades populosas. Conseqüentemente, os conflitos por domínio de regiões tornam-se mais freqüentes, caracterizando o início das práticas de guerra e escravização.

O uso dos metais por meio das técnicas de fundição tem, neste sentido, grande importância para o período:

O desenvolvimento técnico aplicado na agricultura possibilitou maior produção agrícola e conseqüente aumento populacional. Alguns grupos familiares passaram a exercer domínio sobre outros grupos, gerando sociedades complexas.

A necessidade de garantir a defesa e a produção em áreas relativamente extensas, habitadas por várias aldeias ou grupos familiares (as tribos), levou ao início da organização de Estados (VICENTINO; DORIGO, 2005, p. 20).

## IDADE ANTIGA

O estudo da Idade Antiga a partir dos povos referentes à mesma está dividido em Antigüidade Oriental (civilizações egípcia, mesopotâmica, hebraica, fenícia e persa) e Antigüidade Ocidental (civilização grega e romana).

Considerando que a linha do tempo básica aponta como Idade Antiga o período que está entre a invenção da escrita e a queda do Império Romano, identifica-se que as civilizações estudadas não correspondem à toda Antigüidade, mas fazem parte de uma seleção específica.

Esta escolha de povos analisados é explicada por Vicentino; Dorigo (2005), que atribuem a tais povos importante contribuição para a formação da Europa:

[...] não no sentido geográfico, como continente, mas como uma região com traços culturais comuns e relações econômicas e políticas próprias. Resumindo: essas civilizações são selecionadas em detrimento de tantas outras porque foram o centro para a constituição do mundo europeu, e foi nesse universo que se notou pela primeira vez a preocupação em escrever histórias universais (VICENTINO; DORIGO, 2005, p. 27).

E também explicam que:

Para a história, o Ocidente não é uma referência geográfica, mas uma denominação de regiões do mundo nas quais predominam povos de origem européia (e, conseqüentemente, seus principais valores e instituições). O Ocidente – no seu sentido histórico e geopolítico, a palavra é escrita com inicial maiúscula – *grosso modo* compreende a Europa, as Américas e a Austrália (VICENTINO; DORIGO, 2005, p. 28).

Outra noção importante para os esclarecimentos que se seguem neste material é a de **civilização** que, necessariamente, deve ser entendida aqui no sentido exposto pelos autores (2005, p. 28), ou seja, como “[...] a existência, em uma determinada sociedade, de algumas características [...], sendo tais características aspectos como a organização política formal, incorporação de crenças e criação de cidades, dentre outros.

## 1. Antigüidade Oriental

### 1.1. Civilização egípcia

Geograficamente a civilização egípcia se constituiu no extremo norte da África, em região desértica e, portanto, concentrava (e ainda hoje assim permanece) a maior da população nas proximidades do Rio Nilo<sup>1</sup> (único rio no Egito).

De acordo com Vicentino; Dorigo (2005, p. 31), com o crescimento populacional surge a necessidade de aumentar a produção de alimentos e, portanto, “[...] faziam-se necessárias obras hidráulicas, como a construção de diques e canais, para o cultivo agrícola”, o que resultou na organização do trabalho nas proximidades do Rio Nilo de grupos locais chamados **nomos**, os quais constituíam comunidades agrícolas chefiadas por nomarcas.

O crescimento populacional somado à expansão de atividades agrícolas, bem como às disputas regionais propulsionaram a formação das cidades e, por isso, em cerca de 3500 a.C., tendo como objetivo a centralização política, surgiram dois reinos: o **Alto Egito** (ao sul) e o **Baixo Egito** (ao norte).

Mais tarde, por volta de 3200 a.C., Menés, até então governante do Alto Egito, unificou os dois reinos e, assim, se tornou o primeiro faraó egípcio. Os nomarcas passaram a ocupar posições de representantes do faraó e tornaram-se responsáveis pela administração de aldeias e cidades, arrecadação de impostos e cumprimento das decisões de Menés. Sendo assim:

Ao longo da história egípcia, a organização político-social estruturou-se em torno da terra e dos canais de irrigação, e o controle de toda a estrutura econômica, social e administrativa ficava com o Estado despótico, que, por meio de suas instituições burocráticas, militares, culturais e religiosas, subordinava toda a população e garantia a realização das obras de irrigação (VICENTINO; DORIGO, 2005, p. 31).

Essa forma de organização corresponde ao modo/modelo de produção asiático<sup>2</sup> (que é identificado também na Mesopotâmia), cuja base de funcionamento é o regime de servidão coletiva<sup>3</sup>.

---

<sup>1</sup> Mello; Costa (2006, p. 40) esclarecem que “o Nilo nasce nos lagos da África central e, depois de percorrer quase sete mil quilômetros, desemboca no Mar Mediterrâneo”.

<sup>2</sup> De acordo com Vicentino; Dorigo (2005, p. 32) modo de produção é “[...] a forma como se organiza uma sociedade, em razão do conjunto de relações econômicas, sociais, políticas e culturais intimamente ligadas entre si e interferindo umas nas outras”.

<sup>3</sup> Segundo os mesmos autores (2005, p. 31) corresponde à organização em que “[...] os indivíduos exploram a terra como membros das comunidades locais e servem ao Estado, o maior proprietário das terras, por meio de tributos e trabalho”.

## UNIP – Universidade Paulista Estudos Políticos e Sociais

A partir daí identifica-se os três principais períodos da história do Egito: **Antigo Império** (3200 a.C. – 2300 a.C.), **Médio Império** (2000 a.C. – 1580 a.C.) e **Novo Império** (1580 a.C. – 525 a.C.).

### *1.1.1. Antigo Império*

De acordo com Vicentino; Dorigo (2005, p. 32) com a unificação promovida por Menés a capital egípcia passou a ser Tínis (posteriormente sendo transferida para Mênfis, na região do Cairo [atual capital do Egito]).

O governo egípcio neste momento não se envolveu em guerras fora de seu território, mas em contrapartida a relativa paz com relação ao que era externo não condizia com a situação interna.

Da perspectiva da população nada havia se não a possibilidade única de trabalhar em prol do faraó, seja com relação à agricultura ou às construções da época como, por exemplo, as pirâmides (as quais como as esfinges são extremamente representativas do aspecto cultural desta civilização).

Aparentemente, o período é identificado como estável a medida que representa certa estabilidade política e social, porém diversos fatores como a fome, as pestes, as revoltas sociais, o fortalecimento dos nomarcas e as disputas entre os mesmos constituíram uma situação de fragmentação deste Império. Desta forma:

Ao meso tempo, o quadro de descontrole político ampliou a crise econômica com a desorganização da produção agrícola. Era o fim do Antigo Império, época de dificuldades e fraqueza imperial, que facilitaram as invasões asiáticas ao norte do Egito, na região delta do Rio Nilo (VICENTINO; DORIGO, 2005, p. 32).

### *1.1.2. Médio Império*

Apesar das disputas internas entre os nomarcas conseguiu-se o restabelecimento do faraó (Mentuhotep) e a cidade de Tebas passou a ser a nova capital.

Internamente, a realidade do Médio Império correspondia com a mesma do Antigo Império, mas externamente os egípcios estabeleceram três relações comerciais: Ilha de Creta, Fenícia e Núbia (Sudão atual).

Com uma nova realidade do aspecto interno, mas igual com relação às questões interna e, portanto, sendo a riqueza a verdade de poucos:

## UNIP – Universidade Paulista Estudos Políticos e Sociais

[...] comunidades camponesas recusavam-se a se submeter às grandes exigências do poder central. A situação de penúria popular e o retorno da pressão por poder descentralizado por parte da nobreza, que reivindicava maior autonomia, desfiavam a autoridade dos faraós e a coesão do Estado, facilitando a penetração estrangeira, com a chegada dos hebreus e a invasão do Egito pelos **hicsos** (VICENTINO; DORIGO, 2005, p. 33).

Somado há isso existe também o fato de que os hicsos em sua invasão do Egito utilizaram-se do uso de cavalos, além de carros de guerras e armas melhor desenvolvidas, enquanto os egípcios contavam somente com tropas de infantaria. Desta forma, os hicsos ficam no poder do Egito até o fim do Médio Império.

### *1.1.3. Novo Império*

O que marca o início do Novo Império é justamente a expulsão dos hicsos, período de ápice no Egito da Antigüidade, no qual surge mais uma nova capital do Egito: a cidade de Aquetaton (referente ao nome do faraó daquele momento). Sobre o início do restabelecimento egípcio promovido pelo faraó Amósis I (Que mudou seu nome para Aquetaton), explica-se que “o forte sentimento de identidade cultural e política que havia unido povo contra os hicsos levou- a dominar e escravizar os hebreus” (Vicentino; Dorigo, 2005, p. 33), os quais conseguiram escapar por volta de 1250 a.C.

Apesar da tendência de Aquetaton/Amósis I ter sido, com relação à religião, um tipo de monoteísmo, o seu sucessor, Tutancâmon, restabeleceu posteriormente a religião tradicional politeísta.

Depois disso há a fase de auge da civilização egípcia quando Ramsés II promove importantes conquistas militares, conseguindo derrotar povos asiáticos como, por exemplo, os hititas. Porém, após o domínio de tal faraó:

[...] mais uma vez esfacelou-se o poder central e teve início o período de decadência da civilização egípcia. As lutas entre os sacerdotes e destes contra os faraós multiplicaram-se e aprofundaram-se até o questionamento do poder monarca por um sumo sacerdote (VICENTINO; DORIGO, 2005, p. 34).

O Egito volta a se dividir em Alto Egito e Baixo Egito, sendo o Estado enfraquecido pelas disputas entre os dois facilitando a invasão dos assírios. Há ainda, posteriormente, um breve período de independência do Egito, porém inevitavelmente chegou-se ao fim com o domínio macedônico que já trazia idéias gregas. Sobre isso:

## UNIP – Universidade Paulista Estudos Políticos e Sociais

Esse domínio instaurou uma dinastia de origem macedônica, chamada ptolomaica ou lágida, à qual pertenceu **Cleópatra**. O filho de Cleópatra com o imperador romano Júlio César foi o último rei ptolomaico. Depois desse período a região caiu sob domínio romano e, mais tarde, árabe – domínios que introduziram elementos culturais cristãos e muçulmanos, respectivamente (VICENTINO; DORIGO, 2005, p. 35).

### ***1.1.4. Aspectos Gerais***

Considerando os aspectos que estruturam as sociedades, pode-se destacar com relação ao Egito:

#### Economia

A economia egípcia baseava-se, essencialmente, na agricultura que, por sua vez, era diretamente influenciada pelo Rio Nilo à medida que a prosperidade econômica dependia de suas cheias anuais. O segundo aspecto essencial acerca da economia é o fato de, no caso do Egito, esta estar também apoiada na servidão coletiva.

É, portanto que desde o início de sua formação, a civilização egípcia desenvolveu sistemas que controlavam de certa forma o Nilo e, conseqüentemente, mantinham a fertilidade do solo no qual era cultivados trigo, algodão, cevada, lentilha e uva.

Complementarmente os egípcios produziam cerâmica, vidro e tecidos, além de realizarem a criação de animais, tais como carneiros.

E, por fim, com relação ao comércio exterior, destacam-se em seus relacionamentos os cretenses e os fenícios.

#### Organização Social

Já na civilização egípcia é possível identificar a existência de grupos sociais, porém, diferentemente dos dias atuais, as pessoas chegavam ao fim da vida na mesma posição social em que nasceram.

A hierarquia social com relação às camadas pode ser percebida a partir da seguinte ordenação:

#### **Camada superior**

1. Faraó
2. Família Real
3. Sacerdotes
4. Nobres

#### **Camada média**

1. Escribas
2. Comerciantes
3. Artesãos

## **Cama inferior**

1. Camponeses

2. Escravos

## Religião

A religião tinha uma importância muito grande na vida dos egípcios, principalmente com relação à manutenção da ordem social da época, isto é, do domínio do faraó, o “deus”:

Tratava-se de um culto politeísta, reflexo da diversidade de nomes e divindades, que, fundidos, deram origem à civilização egípcia. Entretanto, alguns deuses em comum destacavam-se, como Amon-Ra, Osíris, Ísis, Set, Hóris, Anúbis e Ápis (VICENTINO; DORIGO, 2005, p. 35).

Durante mais de três mil anos os egípcios foram politeístas, tendo como exceção o período de domínio do faraó Akenaton, quando este tentou implantar uma religião monoteísta baseada no culto a Aton.

Além disso, os egípcios acreditavam na imortalidade da alma e por isso mumificavam os corpos e enterravam com eles peças de uso pessoal.

## Política

Religião e política mantinham importante relação no Egito, caracterizando o sistema teocrático de governar. Desta forma, a **teocracia** como forma de governo, apresenta-se interligada com a religião. O faraó era ao mesmo tempo um rei e um deus, considerado o “senhor de todos os homens e dono de todas as terras”.

## Cultura

A civilização egípcia, em suas produções, apresenta como destaques: na arquitetura as pirâmides, escultura as estátuas dos faraós, pintura a figura humana com os olhos, os ombros e o tronco de frente, porém com os rostos e os membros de perfil.

### ***1.2. Civilização mesopotâmica***

Ao final da pré-história a região da Mesopotâmia, a qual se localiza entre os rios Tigre e Eufrates (região do atual Iraque), no Oriente Médio, já se caracterizava pelas diversas cidades autônomas habitadas por **sumérios**, bem como por centros urbanos.

Sobre isso cabe esclarecer que com relação aos aspectos socioeconômicos apresenta semelhanças com a civilização egípcia, sendo assim as diferenças que se

**UNIP – Universidade Paulista**  
**Estudos Políticos e Sociais**

destacam entre uma civilização e outra dizem respeito às características físico-geográficas.

Como já apresentado, no Egito manteve-se certa estabilidade política durante períodos significantes. Isso se deve também ao fato de a civilização egípcia, geograficamente, estar isolada.

A Mesopotâmia, ao contrário, “[...] é, ainda hoje, uma planície aberta a invasões por todos os lados” (Vicentino; Dorigo, 2005, p. 36).

Desta forma, politicamente, enquanto no Egito a unidade é representada pela figura do faraó, na Mesopotâmia “[...] a identidade era dada pela cidade À qual os indivíduos pertenciam” (Vicentino; Dorigo, 2005, p. 36).

A eficácia alcançada por alguns empreendimentos na produção mesopotâmica propulsionou a construção de grandes cidades, nas quais se enfatiza a função militar visto que “[...] protegiam a população e a riqueza gerada pela agricultura, tornando possível o controle político da população” (Vicentino; Dorigo, 2005, p. 37).

Estas grandes cidades eram governadas pelos **patesis**<sup>4</sup>, que igualmente aos nomarcas, eram responsáveis pelo controle da população, bem como pela cobrança de impostos e administração de obras, dentre outros.

Comercialmente, “os sumérios chegaram a estabelecer relações comerciais com povos vizinhos, tanto na direção oeste, indo para o Mar Mediterrâneo, como na direção leste, rumo à Índia” (Vicentino; Dorigo, 2005, p. 37).

Em 2400 a.C. o povo acádio (que já se movimentava no sentido de se introduzir na região) consegue estabelecer sua hegemonia, tendo como rei Sargão I, o qual unificou as regiões centro e sul e dominou os sumérios, apesar de incorporar a cultura dos mesmos. No entanto, os aspectos físico-geográficos da região influenciam o desaparecimento do Império Acádio em 2100 a.C., visto que as invasões estrangeiras eram contínuas.

### ***1.2.1. Primeiro Império Babilônico***

Dentre os povos estrangeiros que derrubaram os acádios estavam os **amoritas**, os quais tinham como principal cidade a Babilônia. O rei de tal cidade, Hamurábi, realiza a unificação da região e início o período reconhecido como Primeiro Império Babilônico.

Este mesmo rei:

---

<sup>4</sup> Figura que concentrava os papéis de chefe militar e sacerdote.

## UNIP – Universidade Paulista Estudos Políticos e Sociais

[...] também organizou um código de leis escritas tido como um dos mais antigos de que se tem notícia. O código de **Hamurábi** apresenta numerosas penas para delitos domésticos, comerciais, ligados à propriedade, à herança, à escravidão e a falsas acusações, sempre baseadas na Lei de Talião, que pregava o princípio do “olho por olho, dente por dente.

A pena seria, na medida do possível, semelhante ao delito cometido, embora pudesse variar conforme a posição social e econômica da vítima e do infrator” (Vicentino; Dorigo, 2005, p. 37).

Inevitavelmente ocorreram novas invasões que, somadas à revoltas internas e à morte do rei, facilitaram o surgimento de reinos rivais, até que, por fim em 1300 a.C., ocorre a ascensão dos assírios.

### *1.2.2. Império Assírio*

Os assírios, inicialmente estabelecidos no norte da Mesopotâmia, rapidamente organizaram um Estado militarizado, dentro do qual a capital era a cidade de Assur e a sociedade dominada e administrada por guerreiros e sacerdotes.

Quando derrubaram o Primeiro Império Babilônico fizeram dos outros povos escravos e, em alguns casos, “[...] também torturavam por esfolamento, castração e amputações em geral, assegurando pelo terror seu poder sobre os derrotados” (Vicentino; Dorigo, 2005, p. 39).

O ápice deste império data do século VII a. C., quando a capital era a cidade de Nínive e os assírios controlam uma grande região. Porém, com o falecimento do rei Assurbanipal inicia-se o período de decadência e um dos povos invasores, os **caldeus**, deram início ao Segundo Império Babilônico.

### *1.2.3. Segundo Império Babilônico*

Com a destruição da cidade de Nínive, a Babilônia é retomada como capital do Segundo Império. No período de ápice de tal império, sob o domínio de Nabucodonosor, grandes obras públicas, desde templos até muralhas defensivas, foram construídas cercadas pelos jardins suspensos.

Durante a expansão do império o povo hebreu foi capturado, mas após o falecimento de Nabucodonosor, ocorre a invasão pelos persas que liderados por Ciro I iniciam seu império.

### *1.2.4. Aspectos Gerais*

#### Economia

## UNIP – Universidade Paulista Estudos Políticos e Sociais

Assim como a civilização egípcia, na Mesopotâmia a principal atividade econômica também era a agricultura, mantendo-se a base na servidão coletiva.

### Organização Social

**Grupo social superior:** Sacerdotes, nobres, militares e comerciantes.

**Grupo social inferior:** Artesãos, camponeses e escravos.

### Religião e Política

Os autores (2005), explicam que religião e política também estão ligadas, tendo a Mesopotâmia um governo despótico de fundamento teocrático e:

Embora a religião, como no Egito, servisse de elemento de ligação entre a população e o governante, exercendo os sacerdotes importante função política, o politeísmo mesopotâmico estava ligado de forma mais direta à busca de benefícios terrenos: A preocupação com os mortos limitava-se à construção de túmulos cada vez mais seguros, para evitar o retorno dos mortos e possíveis desgraças daí decorrentes. Ressalte-se, ainda, que o governante mesopotâmico era representado e compreendido pelos seus súditos muito mais como um representante dos deuses do que como uma divindade viva, como ocorria no Egito (VICENTINO; DORIGO, 2005, p. 39).

### Cultura

Como a civilização egípcia, os mesopotâmicos também se destacam por suas produções na arquitetura (palácios e templos), porém também ganham ênfase com relação à literatura.

De acordo com os autores (2005):

O desenvolvimento dos egípcios e mesopotâmios foi quase simultâneo na região do Crescente Fértil. As ricas terras encontradas nas margens dos grandes rios (Nilo, Tigre e Eufrates) possibilitaram não apenas o desenvolvimento dessas duas civilizações originais, mas também o de outros povos vizinhos, que, de alguma maneira e em algum momento, aproveitaram-se da riqueza daquelas (VICENTINO; DORIGO, 2005, p. 40).

Estes povos, sendo responsáveis por certos legados da cultura ocidental, são os próximos a serem abordados.

### ***1.3. Civilização hebraica***

Estabelecida na Palestina às margens do Rio Jordão (atual Israel), a civilização hebraica, apesar das dificuldades causadas pelo clima seco e baixa fertilidade do solo, conseguiu desenvolver a agricultura e o pastoreio.

## UNIP – Universidade Paulista Estudos Políticos e Sociais

O primeiro grande líder desta civilização, também considerado o primeiro patriarca, foi Abraão, o qual teria sido responsável pela pregação de uma nova religião monoteísta responsável pela unificação do povo hebreu.

Faz-se necessário esclarecer que:

Crescentes dificuldades econômicas fizeram com que muitos hebreus se dirigissem para o rico vale do Nilo, onde, embora, a princípio, fossem bem recebidos pelo faraó, foram depois escravizados [...]. A resistência à escravidão provocou o fortalecimento da unidade religiosa monoteísta (VICENTINO; DORIGO, 2005, p. 40).

A civilização hebraica alcançou seu ápice com a liderança de Salomão quando se desenvolve significativamente do ponto de vista comercial (mesmo período em que foi construído o Templo de Jerusalém, dedicado a Jeová).

Entretanto, somando-se o falecimento de Salomão ao descontentamento gerado pelos impostos elevados e o trabalho compulsório dos camponeses, surgem as disputas pela sucessão que resultam na divisão em reinos de **Israel** (capital em Samaria) e **Judá** (capital em Jerusalém). Tal divisão teve como consequência invasões e submissões diversas, tendo como últimos invasores na Idade Antiga os macedônicos e, posteriormente, os romanos; sendo a resistência à estes últimos que culminou na destruição de Jerusalém.

Para os autores:

A grande contribuição cultural dos antigos hebreus foi o desenvolvimento de uma religião fundada no monoteísmo (crença de um único deus) com fundamento ético. Originada após a época dos patriarcas, tal religião teve grande importância no desenvolvimento de outras grandes religiões atuais, como o cristianismo e o islamismo (VICENTINO; DORIGO, 2005, p. 41).

### ***1.5. Civilização fenícia***

A Fenícia (localizada no norte da Palestina, litoral da Síria – atual Líbano) foi ocupada pela primeira vez pelos povos semitas em 3000 a.C.

Estes povos desenvolveram a agricultura, a pesca e o artesanato, mas destacam-se realmente pelo comércio marítimo: “A possibilidade de adquirir excedentes agrícolas do Egito foi um forte estímulo para o desenvolvimento da atividade comercial” (Vicentino; Dorigo, 2005, p. 42).

Os fenícios organizavam-se em cidades-Estado independentes que possuíam diversos deuses e realizavam cultos caracterizados pela violência (incluindo em certos

**UNIP – Universidade Paulista**  
**Estudos Políticos e Sociais**

casos sacrifício humano), sendo tais cidades chefiadas pela **talassocracia**, isto é, pela elite mercantil proprietária das embarcações.

Com o desenvolvimento das rotas mercantis, instalaram colônias em algumas regiões no Mediterrâneo como, por exemplo, Cartago (norte da África). Também como consequência do desenvolvimento mercantil os fenícios tiveram contato com diversas culturas e, relacionado à isso, contribuíram originalmente através, inclusive, do alfabeto fonético simplificado<sup>5</sup>.

### ***1.6. Civilização persa***

O território onde se localizava tal civilização foi unificado em 2000 a. C. sob o comando de Ciro I que, além de submeter os medos, também foi responsável pela invasão da Mesopotâmia, Palestina, Fenícia, Ásia Menor e Índia.

No entanto, Ciro I acabou por estabelecer regras de tolerância segundo as quais ele se aliou às elites dos territórios que conquistou, alcançando certa estabilidade ao grande império que estava sob seu domínio.

Seu sucessor e filho, Cambises, no entanto iniciou a centralização autoritária e a submeteu os povos conquistados.

O apogeu da civilização persa ocorreu sob o comando de Dario I que dividiu o império em províncias, chamadas satrâpias, nas quais os **sátrapios** assumiram o papel de cobradores e fiscais de Dario I.

Este mesmo líder foi responsável pela construção de estradas, ligando os principais centros urbanos do império (Persépolis, Susa e Pasárgada), além de criar um sistema de correios (com o objetivo de controlar com mais eficiência as satrâpias) e implantar uma unidade monetária.

Apesar de economicamente também basear-se na servidão coletiva, eram os povos que se encontravam submetidos tais como os hebreus e os fenícios que eram responsáveis pelo comércio. Politicamente, a sustentação do poder do Estado era da alçada dos sátrapios e sacerdotes.

Apesar da criação do exército, Dario I e seu sucessor, Xerxes I, fracassaram em seus ataques à Grécia e, conseqüentemente, iniciou-se as Guerras Médicas e a decadência persa, resultando na dominação da região pelos macedônicos.

---

<sup>5</sup> Segundo Vicentino; Dorigo (2005), tal alfabeto era composto por 22 letras e, posteriormente, foi incorporado por gregos e romanos, além de servir de base para o atual alfabeto ocidental.

## UNIP – Universidade Paulista Estudos Políticos e Sociais

Mesmo com a incorporação de diversos elementos externos, a cultura da civilização persa caracterizava-se também por aspectos diferenciados. Com relação à religião, por exemplo, de uma maneira geral admitia-se a vida após a morte, porém identificava-se a co-existência da religiosidade oficial e da popular.

Oficialmente a religião era dualista, estando baseada na idéia de duas divindades antagônicas, sendo o imperado representante da divindade do bem. No entanto, na religiosidade popular encontrava-se a crença em várias divindades (bases politeístas).

## 2. Antigüidade Oriental

### 1.1. Grécia

A civilização grega concentrava-se da região do sul da Península Balcânica (ilha do Mar Egeu e litoral da Ásia Menor) e, sendo tal região de relevo montanhoso, caracterizava-se pelo isolamento das regiões internas que propulsionou a formação de cidades-Estado autônomas.

Por conta das dificuldades com relação à agricultura originadas pelo solo pouco fértil, bem como as transformações sociais, ocorreram neste período (denominado Pré-homérico) as expansões comerciais e marítimas, permitindo o estabelecimento de colônias.

Na Ilha de Creta a sociedade se desenvolveu por meio do comércio, especialmente com o Egito. Sob a liderança do rei Mino, a civilização cretense caracterizava-se pelo domínio da elite comercial e dos governantes.

Socialmente, as mulheres eram privilegiadas e, por conseguinte, a religião apresentava tendência matriarcal simbolizada pela principal divindade, a Grande Mãe.

A partir do século XV a. C. iniciam-se as invasões, dentre as quais a dos **aqueus** foi responsável pela queda de Creta e início da civilização micênica. No entanto, no século XII a. C., a região foi invadida pelos dórios, os quais:

[...] impuseram um violento domínio sobre toda a região da atual Grécia, causando não só o fim da civilização micênica, mas também o deslocamento de grupos humanos da Grécia continental (jônios, eólios) para as ilhas do Egeu e o litoral da Ásia Menor, em um processo conhecido como **Primeira Diáspora Grega**.

Trouxeram a decadência, saqueando e esvaziando cidades, provocando o colapso comercial e cultural, o que quase levou ao desaparecimento da escrita nessa região. Acabaram por obrigar os diversos povos que lá

## UNIP – Universidade Paulista Estudos Políticos e Sociais

habitavam a deixarem o que ainda existia de vida urbana e comercial para se dedicarem às atividades rurais (VICENTINO; DORIGO, 2005, p. 47).

### ***1.1.2. Período Homérico***

Este período, do século XII a.C. ao VIII a.C., caracterizou-se, essencialmente, pela comunidade gentílica, a qual consistia no conjunto de pequenas unidades agrícolas que eram auto-suficientes (os genos): “Nessas unidades, os bens econômicos, como terras, animais, sementes e instrumentos de trabalho, estavam sob o controle do chefe comunitário, chamado *pater*, que exercia funções religiosas, administrativas e judiciárias” (Vicentino; Dorigo, 2005, p. 48).

Como consequência do aumento populacional da região que possuía solo pouco fértil, a disputa por terras cultiváveis tornou-se uma realidade que deu origem a grupos distintos: os proprietários, os não-proprietários e os indivíduos que se dedicavam ao comércio.

Vivendo-se em meio à diversos conflitos se iniciou um longo processo que começou com a união de genos de uma mesma área geográfica (chamada *fatria*) e resultou em grandes alianças regionais de estrutura ampla chamada **demos**, caracterizando a decadência da comunidade gentílica. Desta forma, surgem novos grupos sociais:

[...] os parentes mais próximos do *pater* apropriaram-se das terras mais ricas, passando a ser conhecidos como eupátridas (os “bem-nascidos”). O restante das terras foi dividido entre os *georgoi* (“agricultores”), pequenos proprietários. Os mais prejudicados com essa divisão foram os *thetas* (“marginais”), excluídos dessa partilha (VICENTINO; DORIGO, 2005, p. 48).

E é a partir da existência destes novos grupos e das *demos* que surgem as cidades-Estado, isto é, a **pólis grega**.

O contínuo aumento populacional atrelado à escassez da Grécia resultou no processo de colonização grega e na consolidação das *polis*, que dão início ao próximo período.

### ***1.1.3. Período Arcaico***

Neste período, do século VIII a.C. ao século VI a.C., os grandes proprietários de terras caracterizavam-se como grupo dominante em cada *pólis* e foram responsáveis

**UNIP – Universidade Paulista**  
**Estudos Políticos e Sociais**

pela organização daquilo que se denomina **regime oligárquico**. Surgem, assim, mais de 100 pólis gregas, dentre as quais se destacam Esparta e Atenas.

Esparta foi fundada pelos dórios no século IX a.C. e estava localizada na região da Lacônia (Península do Peloponeso).

Diferentemente da maior parte da Grécia, Esparta constituía-se de planície fértil e, portanto, não viveu de forma acentuada as dificuldades econômicas características das outras regiões e, além disso: “As condições locais mais favoráveis de subsistência não estimularam a atividade comercial, fazendo com que os espartanos não se voltassem imediatamente à colonização” (Vicentino; Dorigo, 2005, p. 49).

Socialmente, Esparta era formada pelos grupos dos **espartanos** (principal grupo social e elite militar que, portanto, tinham poder político e religioso), **periecos** (residentes na periferia de Esparta, correspondem aos pequenos proprietários) e **hilotas** (indivíduos que não possuíam direitos políticos eram basicamente servos dos espartanos).

De acordo com os autores (2005, p. 49), a legislação de Esparta “[...] se baseava no monopólio político dos cidadãos-guerreiros, os espartanos, e na marginalização dos demais – muito embora dos demais os periecos tivessem obrigações militares em caso de guerra”. Enquanto a educação, de responsabilidade do Estado, era essencialmente militar, baseando-se nas idéias de obediência e de aptidão física.

Em contraste com Esparta havia a pólis de Atenas, a qual, inicialmente era constituída por uma sociedade de classes baseada no regime monárquico, até que tal regime foi derrubado pela aristocracia proprietária de terras que estabeleceu o regime oligárquico.

Atrelando-se a escassez de terras férteis aos interesses comerciais dos atenienses, foi iniciada a expansão que tinha como objetivo fundar colônias comerciais e de povoamento que se estabeleceram, principalmente, no litoral do Mar Negro e no sul da Península Itálica.

Esta expansão gerou significativas mudanças tanto na estrutura social, quanto na estrutura econômica de Atenas. Neste sentido: “Enquanto a tensão social crescia em Atenas, ameaçando a estabilidade do regime oligárquico, surgia uma categoria de homens enriquecidos pelo comércio, os **demiurgos**, que, por causa do crescente poder originado da ascensão econômica, começaram a questionar o monopólio político [...]” (Vicentino; Dorigo, 2005, p. 50).

## UNIP – Universidade Paulista Estudos Políticos e Sociais

Ainda sobre isso, mesmo com a economia consolidando-se nas bases do trabalho escravo como em outras civilizações e pólis, a tensão social aumentou e identificou-se a impossibilidade de manutenção do poder como responsabilidade de um único grupo da sociedade.

A partir daí, surgiram propostas legais que tinham como objetivo amenizar os conflitos e tensões sociais. Entretanto, ao contrário, algumas dessas propostas acabaram intensificando as lutas sociais.

Sendo assim, inicia-se um período de forte agitação, em especial, política que conduziu aos governos tirânicos, os quais assumiam o poder por meio da força.

Finalmente, em 510 a.C., por meio de uma rebelião, chegou-se à democracia e à paz de Atenas, a qual foi dividida em dez tribos e passa a caracterizar-se, realmente, como o oposto de Esparta:

Os gregos consideravam a democracia um regime político perfeito, na medida em que todo cidadão tinha acesso à Eclésia e, portanto, participava ativamente da tomada de decisões. Entretanto, o conceito de cidadão apresentava uma série de restrições: era assim considerado somente o homem livre e ateniense (nascido em Atenas, filho de pais e mãe atenienses), o que significa que mulheres, escravos e estrangeiros não participavam do processo político. Contudo estes formavam a maioria esmagadora da população da pólis ateniense que, segundo algumas estimativas, agregava um número superior a 200 mil habitantes (VICENTINO; DORIGO, 2005, p. 51).

### *1.1.4. Período Clássico*

O período entre os séculos V a. C. e IV a. C., correspondem ao Período Clássico da civilização grega, tendo sido caracterizado pelas diversas e violentas lutas dos gregos, primeiramente, com os persas e, depois, entre si.

Com relação às investidas dos persas (de Dario I e Xerxes) os gregos foram vitoriosos, inclusive por conta da formalização entre as pólis gregas de uma aliança denominada **Liga de Delos**, a qual correspondia à união militar de algumas cidades gregas que, para sustentar o exército, pagavam impostos depositados na Ilha de Delos administrados por Atenas, líder da Liga.

Apesar do fim do conflito com os persas, Atenas manteve a cobrança de tributos e trouxe como resultado a insatisfação das outras cidades gregas. A partir daí, Atenas inicia o que se denomina **imperialismo ateniense**, quando dominam toda a Grécia por meio da subordinação das outras cidades, interferindo inclusive na política e na

**UNIP – Universidade Paulista**  
**Estudos Políticos e Sociais**

sociedade das mesmas. E assim, constituiu-se a Idade de Ouro de Atenas (momento em que era liderada por Péricles).

Sobre este mesmo momento afirma-se que:

Durante o governo de Péricles, aprimorou-se a democracia. Observando que os homens livres pobres dificilmente participavam das instituições democráticas, Péricles criou uma pequena remuneração em dinheiro para os ocupantes de cargos públicos (mistoforia), possibilitando a participação popular nos assuntos da administração da cidade.

Além disso, em seu governo a reconstrução e o embelezamento de Atenas foram realizados, com destaque para a **Partenon**, templo dedicado à deusa Atena, e para as muralhas defensivas em torno das cidades (VICENTINO; DORIGO, 2005, p. 55).

Neste sentido é necessário esclarecer que a democracia de Atenas, na verdade, baseava-se no imperialismo, visto que o que foi descrito acima, isto é, a prosperidade ateniense era consequência da submissão e da exploração das outras pólis.

A insatisfação das outras cidades gregas resultou nas Guerras do Peloponeso, nas quais as cidades da Liga de mesmo nome eram lideradas por Esparta. E depois de 17 anos de conflitos Esparta vence Atenas:

Com o fim da democracia ateniense e o retorno do predomínio da oligarquia na Grécia, iniciou-se o período de domínio espartano. Entretanto, esse domínio duraria pouco, pois outras cidades buscariam o controle da Península Balcânica, com destaque para Tebas, que logo derrotaria Esparta (batalha de Leutras, 371 a.C.), estabelecendo breve hegemonia.

As constantes guerras tiveram como resultado o enfraquecimento dos gregos, o que abriu caminho para a invasão macedônica (povo do norte da Península Balcânica), a qual culminou com a completa derrota grega, em 338 a. C., na batalha de Queroneia (VICENTINO; DORIGO, 2005, p. 55-56).

### ***1.1.5. Período Helenístico***

O momento em que a Grécia esteve sob o domínio da Macedônia, ou seja, entre os séculos IV a. C. e II a. C. é chamado Período Helenístico. Iniciando-se tal período na liderança de Felipe II, este e seu sucessor e filho, Alexandre (o Grande; Alexandre da Macedônia), direcionaram-se também ao Oriente.

Alexandre foi o principal responsável pelas conquistas deste período, porém com seu falecimento o império por ele antes liderado se enfraqueceu até chegar ao fim com a invasão romana.

**UNIP – Universidade Paulista**  
**Estudos Políticos e Sociais**

Este mesmo líder porém é também responsável pela difusão da cultura grega em diversos pontos do Oriente, por meio do processo que se denomina **helenismo**.

**1.1.6. Aspectos Gerais**

Resumidamente pode-se dizer que o pensamento grego “[...] tinha por base a razão e, por isso, supervalorizava o homem (antropocentrismo), influenciando significativamente o racionalismo ocidental dos séculos seguintes” (Vicentino; Dorigo, 2005, p. 56).

Com relação a isso, nas produções artísticas do teatro, por exemplo, destacam-se as tragédias e as comédias, enfatizando-se os nomes de Ésquilo, Sófocles, Eurípedes e Aristófanes. Enquanto na arquitetura surgem três estilos (jônico, dórico e coríntio) e destacam-se os nomes de Ictínio e Calícrates bem como a construção do Paternon.

De uma maneira geral, a grande movimentação grega (incluindo o desenvolvimento econômico, bélico e político) “[...] exigiu desse povo uma compreensão mais apurada do seu passado, originando a **pesquisa histórica** e um tratamento mais criterioso dos acontecimentos passados” (Vicentino; Dorigo, 2005, p. 58).

Neste mesmo sentido, outra realização grega neste aspecto é a filosofia, que “[...] surgiu no período arcaico da história grega com a chamada Escola de Mileto, da qual se destacaram Tales, Anaxímenes e Anaximandro” (Vicentino; Dorigo, 2005, p. 59).

Depois da escola de Mileto destacam-se os seguidores de Pitágoras, os quais contribuíram fortemente para o desenvolvimento da matemática. Na seqüência, surgem os sofistas que, segundo os autores (2005, p. 59) eram “[...] pensadores dedicados à crítica das tradições, do Estado, da religião e dos privilégios, e defensores da democracia”.

Com a distinção entre filosofia e ciência surge a Escola Socrática, destacando posteriormente os nomes de Platão e Aristóteles.

Por fim, a religião:

[...] caracterizou-se pelo politeísmo antropomórfico, ou seja, os gregos acreditavam em vários deuses que tinham formas semelhantes às dos homens, tendo as mesmas fraquezas, paixões e virtudes da espécie humana. O que distinguia os deuses dos homens era a imortalidade dos primeiros, que se devia ao alimento do qual se nutriam – a ambrosia (VICENTINO; DORIGO, 2005, p. 58).

## **1.2. Roma**

Não há apenas uma versão para a abordagem das origens de Roma. O que se conhece, portanto, é que foi fundada como monarquia tendo como primeiro rei Rômulo, porém consistia apenas em uma “simples” cidade-Estado com a economia baseada na agricultura.

Socialmente, os grupos essenciais eram os **patrícios** (proprietários de terras), os **plebeus** (homens livres que, porém, não tinham direitos políticos) e **escravos** (endividados ou vencidos em guerras).

Politicamente:

[...] o rei acumulava funções executivas, judiciais e religiosas, mas seu poder era controlado pelo **Senado** ou Conselho de Anciãos, por sua vez dominado pelos patrícios. O conjunto de cidadãos em idade militar formava a **Assembléia** ou Cúria, que ratificava as leis votadas pelo Senado (VICENTINO; DORIGO, 2005, p. 64).

No final do século VII a. C. os romanos são dominados pelos etruscos que, em contrapartida, em 509 a.C. são derrubados pelos patrícios. A partir daí:

“A monarquia foi abolida, passando o Senado – domínio do patriciado – a representar o poder supremo, configurando-se um regime de características oligárquicas: a **República**” (Vicentino; Dorigo, 2005, p. 64).

A República manteve-se do século VI a. C. ao século I a. C., sendo administrada basicamente pelos **cônsules** (poder executivo), **pretores** (administradores da justiça), **ensores** (responsáveis pela contagem e classificação da população considerando a renda), **edis** (responsáveis pela conservação, abastecimento e policiamento da cidade) e **questores** (responsáveis pelo Tesouro público).

Em 494 a.C., com a retirada dos plebeus de Roma como demonstração da insatisfação desta camada com a falta de uma representação política, os patrícios passam a realizar algumas concessões. Porém, estas não foram suficientes, especialmente quando Roma entra em atrito com Cartago: “Entre 264 a.C. e 146 a.C., ocorreram três grandes guerras, que culminaram com a destruição e o controle romano de vastos territórios espalhados por todo o Mediterrâneo” (Vicentino; Dorigo, 2005, p. 65).

**UNIP – Universidade Paulista**  
**Estudos Políticos e Sociais**

Ocorreram ainda muitas transformações, tensões e contradições, para que se chegasse em 31 a. C. quando:

Otávio conseguiu derrotar seus rivais, recebendo do Senado os títulos de *princeps* (primeiro cidadão) e *imperator* (o supremo), arrogando para si o título de *augustus* (divino). Concentrando os poderes em suas mãos e realizando uma série de reformas, Otávio Augusto inaugurou o **Império Romano** (VICENTINO; DORIGO, 2005, p. 67).

A partir disto a história do Império Romano subdivide-se em **Alto Império** (Do século I a.C. ao século III d. C.) e **Baixo Império** (Do século III d.C. ao século V d.C.).

De uma maneira geral “Roma herdou dos gregos a visão humanista do mundo. A própria religião dos romanos era uma adaptação à religião grega, incluindo as mesmas divindades” (Vicentino; Dorigo, 2005, p. 75).

Apesar de destacaram-se na língua e na literatura:

O maior legado romano à posteridade, entretanto, foi seu Código de Leis. Dividia-se em *Jus Naturale* (direito natural), compêndio de filosofia jurídica; *Jus Gentium* (direito das gentes), compilação de leis abrangentes, ou seja, não considerava nacionalidades; e *Jus Civile* (direito civil), leis aplicáveis aos cidadãos de Roma (VICENTINO; DORIGO, 2005, p. 75).

## IDADE MÉDIA

Antes de iniciar o texto acerca da Idade Média é importante esclarecer que se considera aqui a periodização eurocêntrica, segundo a qual este período inicia-se com a queda de Roma e tem fim com a tomada de Constantinopla pelos turcos-otomanos.

O nome “Idade Média”, como demonstrado por Vicentino; Dorigo (2005, p. 87), foi especificado porque entre os séculos XIV e XVI os diversos movimentos da Europa (que receberam o nome de Renascimento) “[...] tinham em comum o rompimento com valores do período anterior e a recuperação de outros inspirados na Grécia e na Roma antigas”. Desta forma, seguindo-se tal pensamento, havia a idéia de que tudo foi submetido à religiosidade, caracterizando o “meio” do desenvolvimento da humanidade.

É também por isso que a Idade Média às vezes é denominada “Idade das Trevas”, visto que “durante o Renascimento, a Idade Média foi considerada o tempo do primitivismo, do atraso e do empobrecimento da cultura européia [...]” (Vicentino; Dorigo, 2005, p. 87).

Este pensamento foi reforçado com a Revolução Francesa, que por sua vez se manteve como opositora dos privilégios feudais e, assim, “[...] também teve um papel importante no ‘enegrecimento’ desse período por associá-lo ao feudalismo, segundo seus inspirados intelectuais, os filósofos iluministas” (Vicentino; Dorigo, 2005, p. 87).

Foi apenas no século XIX que essa idéia tão negativa foi amenizada por meio do **Romantismo**, o qual, de acordo com os autores (2005, p. 87) “[...] se contrapôs ao racionalismo, até então vigente, revalorizando alguns elementos medievais”.

Cabe, por fim, esclarecer que apesar da justificativa apresentada por tais movimentos, considerar a Idade Média de modo pejorativo ou não se determina através do ponto de vista da análise, isto é:

Se mudarmos o ponto de vista, podemos dizer que, durante a Idade Média, a Europa era apenas a periferia do mundo muçulmano: tinha uma população relativamente pequena e estava cada vez mais isolada das principais rotas de comércio, que passavam pelo Mediterrâneo Oriental. No mundo muçulmano, a matemática e a astronomia era bem mais desenvolvidas do que na Europa, e foi a esses conhecimentos que os europeus recorreram, ao final da Idade Média, para realizar as navegações pelo Atlântico (VICENTINO; DORIGO, 2005, p. 88).

Desta forma:

**UNIP – Universidade Paulista**  
**Estudos Políticos e Sociais**

É essencial compreender, portanto, que a Idade Média é um período com algumas características homogêneas e que se refere à Europa. Não é uma periodização a ser aplicada a outras regiões do mundo, ainda que o conceito de feudalismo possa ser usado para analisar circunstâncias históricas parecidas em outros lugares (VICENTINO; DORIGO, 2005, p. 88).

## **1. Ponto de vista Oriental e outras contradições**

Segundo os autores (2005, p. 89), “o colapso do Império Romano do Ocidente não foi acompanhado no Oriente. Pelo contrário, o império estabelecido em Constantinopla sobreviveu às invasões bárbaras e perduraria por todo o período medieval”. Isto porque “o Império Romano do Oriente sempre desenvolveu amplo comércio e, por deter uma rica agricultura e obter lucros em suas relações com o Ocidente, foi menos atingido pela crise do escravismo”.

O imperador bizantino de maior destaque é Justino que, além de conquistar (mesmo que temporariamente) a cidade de Roma, elaborou “[...] o *Corpus Júrís Civilis* (Corpo de Direito Civil), uma revisão e atualização do direito romano que serviu de base para os códigos civis de diversas nações na atualidade” (Vicentino; Dorigo, 2005, p. 89).

Os diversos aspectos que constituíam a situação extremamente específica de Constantinopla levaram o cristianismo do Império Bizantino a adquirir determinadas características:

[...] o desprezo por imagens – de Cristo, da Virgem ou de santos –, denominadas ícones, que desembocaria em um movimento de destruição conhecido por **iconoclastia**. Questionando os dogmas cristãos pregados pelo clero que seguiu o papa de Roma, os bizantinos deram origem a algumas **heresias**, correntes doutrinárias discordantes da interpretação cristã tradicional (VICENTINO; DORIGO, 2005, p. 90).

Já a questão da relação dos árabes com o islamismo tem origem em Maomé (Muhammad), o qual pregava uma nova fé, dentro da qual elementos judaicos e cristãos foram reunidos (Corão), constituindo um livro sagrado que pregava a existência de um deus único (Alá) e que, na realidade, foi escrito após o falecimento de Maomé.

Com relação aos reinos bárbaros é importante saber que:

As migrações bárbaras, que marcaram o final do Império Romano, não se encerraram em 476; ao contrário, continuaram ocorrendo durante boa parte da Alta Idade Média. Desde o século VII, foram seguidas pelas invasões dos

**UNIP – Universidade Paulista**  
**Estudos Políticos e Sociais**

árabes no sul e no sudeste, dos *vikings* no norte e de outros povos vindos do leste (VICENTINO; DORIGO, 2005, p. 92).

Além disso:

O contato da Europa Ocidental com os povos invasores foi responsável não só pela derrubada do Império Romano, como também substituiu a unidade pela diversidade cultural. A fragmentação político-cultural nos antigos domínios romanos acarretou o surgimento de vários reinos bárbaros, além da substituição do latim por uma mescla com outras línguas (VICENTINO; DORIGO, 2005, p. 92).

Com o fortalecimento do cristianismo alguns povos bárbaros se converteram à ele, dentre os quais destacam-se os francos, os quais tiveram como rei em 168 Carlos Magno.

## **2. Alta Idade Média**

Sobre o período específico:

As transformações ocorridas no Império Romano do Ocidente, como o êxodo urbano e a ruralização, causados pela crise escravista, foram aceleradas com as invasões bárbaras, resultando na queda do império em 476. A partir daí, e estendendo-se até o século X, sucedeu, então, um período marcado pelo predomínio da vida rural e pela ausência ou severa redução do comércio no continente europeu, período esse denominado Alta Idade Média (VICENTINO; DORIGO, 2005, p. 98).

A estrutura predominante na Europa Ocidental, durante a Idade Média, em detrimento do escravismo foi o feudalismo:

Para o conjunto europeu, do ponto de vista econômico, o sistema feudal era caracterizado por predomínio de produção para consumo local, comércio bastante reduzido ou até inexistente e a ausência ou baixa utilização de moedas. O feudo, unidade de produção agrária, pertencia a uma camada de senhores feudais, que poderiam ser membros do alto clero ou nobres guerreiros (VICENTINO; DORIGO, 2005, p. 99).

Resumidamente, a sociedade feudal fundamenta-se na existência de dois grupos sociais distintos claramente distintos e sem mobilidade social: **Senhores e servos**.

### 3. Baixa Idade Média

Este período se inicia no século X e tem seu fim no século XV, caracterizando-se pela evidenciação ou surgimento de diversos elementos que resultaram na decadência do feudalismo:

As origens de tais mudanças, encontram-se no esgotamento do sistema feudal, progressivamente abalado pelas transformações em curso na Europa, sendo a principal delas o surto demográfico verificado a partir dos séculos X e XI. De fato, a diminuição progressiva no ritmo das invasões, que caracterizaram praticamente toda a Alta Idade Média, ofereceu a contrapartida de condições mais estáveis de vida, o que provocou gradativo, mas significativo, aumento de população. Por volta do século X, estima-se que os índices de natalidade superassem os de mortalidade em toda a Europa (VICENTINO; DORIGO, 2005, p. 105).

E também no período denominado Baixa Idade Média que se realizam as **cruzadas**, as quais “[...] foram expedições principalmente militares, organizadas pela Igreja, com o objetivo de reconquistar Santo Sepulcro, em Jerusalém, do domínio muçulmano (Vicentino; Dorigo, 2005, p. 106).

Ainda na Baixa Idade Média há o desenvolvimento comercial e urbano europeu que impossibilitam a continuação do feudalismo:

A diversidade regional e política, típica do feudalismo, com os vários feudos e seus poderes locais, constituía um estorvo ao comércio, na medida em que diversos senhores interferiam nas relações comerciais, cobrando impostos dos mercadores. Além disso, inexistia unidade monetária legal ou mesmo de pesos e medidas na Europa, dificultando as transações comerciais. Dessa forma, para a nascente burguesia européia, ou seja, os comerciantes, seria conveniente um poder centralizado que impusesse normas e facilitasse o comércio, sobrepondo-se aos poderes locais da nobreza feudal (VICENTINO; DORIGO, 2005, p. 122).

#### 3.1. *Monarquias centralizadas*

Somado ao que foi exposto até agora, considere-se também que:

[...] os diversos reis europeus tinham interesse em promover a centralização política como forma de reforçar sua autoridade, subordinando a nobreza e limitando o poder da Igreja. A comunhão de interesses entre rei e burguesia acabou levando à gradativa aproximação de ambos durante a Baixa Idade Média, o que transformaria inteiramente as relações políticas e desencadearia o processo de formação das monarquias centralizadas (VICENTINO; DORIGO, 2005, p. 122).

## IDADE MODERNA

De acordo com os esclarecimentos acerca da Idade Média é possível identificar a emergência da burguesia, a qual está envolvida nas principais transformações que caracterizam a Idade Moderna.

Demonstrou-se que a Idade Média, como termo diretamente ligado ao momento europeu daquela época, significou o período em que a Europa encontrava-se no “meio” de seu desenvolvimento, diferentemente do Oriente. Assim, a Idade Moderna na verdade constitui-se no período em que:

A expansão do poder e da influência europeus representa uma característica importante da modernidade: de periferia do mundo muçulmano, a Europa passa a ser um “construtor de periferias”, e a América Latina é sua primeira grande experiência de dominação sobre povos e terras desconhecidos até então (VICENTINO; DORIGO, 2005, p. 140).

Segue-se, agora, para os principais movimentos, aspectos e conceitos que envolvem a Idade Moderna.

### **1. Estado moderno**

O processo de aproximação de burguesia e monarquia resultou nos chamados Estados modernos europeus, podendo ser entendido da seguinte maneira:

A atenção dos reis aos negócios mercantis contribuiu para o fortalecimento de seu poder, imprimindo um caráter absolutista às monarquias. Modificava-se, assim, o sistema político feudal, em que cada vassalo reinava soberanamente sobre seu feudo. Estimulando a atividade mercantil, o monarca ganhou mais força na medida em que ampliava a base de arrecadação de impostos. Com tais recursos, sustentava uma poderosa administração estatal com vasta burocracia, verdadeiro fundamento de seu poder, constituído, essencialmente, por membros da nobreza (VICENTINO; DORIGO, 2005, p. 150).

Desta forma, enfatiza-se a origem do **absolutismo**:

Como regra geral, desde o momento da formação dos Estados centralizados, os reis buscaram imprimir caráter autoritário aos seus governos. Cada vez mais o poder real foi assumindo um aspecto absoluto e, no apogeu desse processo, ocorreu um afastamento maior em relação à burguesia. Antes disso [...] diversos teóricos clamavam pela necessidade de Estados fortes, chefiados por reis cujo poder absoluto, incontestável, estaria livre das

**UNIP – Universidade Paulista**  
**Estudos Políticos e Sociais**

amarras da Igreja e de poderes locais (VICENTINO; DORIGO, 2005, p. 180).

## **2. Mercantilismo**

A adoção do conjunto de práticas econômicas, denominado **mercantilismo**, é na realidade uma dentre as diferentes medidas dos reis absolutistas europeus que visavam o fortalecimento financeiro do Estado.

As práticas mercantilistas não eram homogêneas, mas possuíam pontos de convergência. O primeiro deles se dá pelo fato de tais práticas partirem do ideal metalista, o qual se fundamentava na idéia de que a riqueza do Estado tinha relação direta com a quantidade de metais preciosos que possuía. Conseqüentemente chega-se ao outro ponto de convergência que é o princípio da balança comercial favorável, cuja concepção ligava a riqueza de determinada nação à sua capacidade de exportar mais do que importar. Assim, para garantir a ampliação das exportações muitos reis adotam medidas chamadas **protecionistas**.

## **3. Reformas religiosas e Contra-Reforma**

O contexto que dá origem às reformas inicia-se ainda no final da Idade Média, quando o processo de centralização monárquica:

[...] tornou tenso o relacionamento entre os reis e a Igreja, até então detentora de sólido poder temporal. Assim, além do domínio espiritual sobre a população, os membros do clero detinham o poder político-administrativo sobre os reinos. Roma – isto é, o papa – recebia tributos feudais provenientes das vastas extensões de terra controladas pela Igreja em toda a Europa, e o advento dos Estados centralizados fez com que essa prática passasse a ser questionada pelos monarcas (VICENTINO; DORIGO, 2005, p. 173).

O movimento da reforma iniciou-se na Alemanha com Martinho Lutero, na Suíça destaca-se João Calvino e na Inglaterra o rei Henrique VIII.

Em resposta a este movimento, a Igreja tentou reverter o quadro da expansão das doutrinas protestantes. A tal movimentação da Igreja se dá o nome de Contra-Reforma:

Uma iniciativa pioneira foi a fundação, em 1534, da **Companhia de Jesus**, ordem religiosa criada pelo ex-soldado espanhol da região basca **Ignácio de Loyola**. Organizados em rígida hierarquia e submetidos a uma disciplina quase militar, os “soldados de Cristo”, como foram chamados, buscaram

## UNIP – Universidade Paulista Estudos Políticos e Sociais

combater o protestantismo por meio do ensino e da expansão da fé católica. Daí deriva o projeto da catequese indígena na América e nos demais continentes onde havia colônias européias (VICENTINO; DORIGO, 2005, p. 176).

No entanto a Contra-Reforma não reverteu o quadro da expansão protestante, mas apenas limitou esta expansão.

### 4. Renascimento

O centro do assunto está não só na origem, mas nas relações, tensões e contradições deste momento:

O Renascimento pode ser caracterizado como uma tendência (ou movimento) cultural laica (isto é, não eclesiástica), racional e científica que se estendeu do século XIV ao XVI. Inspirando-se na cultura greco-romana, rejeitava os valores feudais a ponto de considerar o período medieval a “Idade das Trevas”. Para os homens renascentistas, a época obscura seria abolida por um “renascimento” cultural posterior, justamente o momento em que estavam vivendo (VICENTINO; DORIGO, 2005, p. 166).

Mas o Renascimento, em sua prática, não se tratava apenas da retomada dos valores da Idade Antiga, mas sim esse resgate em detrimento dos elementos feudais que, de alguma forma, prejudicavam os interesses da burguesia.

Como aspectos centrais o Renascimento trouxe o **humanismo** (o ser humano como criação privilegiada de Deus), o qual propulsionou o surgimento da idéia do **antropocentrismo** (o homem é o centro do universo) e a valorização do homem como ser racional que, por meio da **razão** consegue compreender a natureza.

### 5. Iluminismo

O ápice do absolutismo, evidenciando suas próprias contradições, gerou tensões entre nobreza, monarcas e burguesia. Sendo assim:

[...] a burguesia foi se equipando com armas teóricas que serviriam para questionar o poder dos reis absolutistas, justificar a revolução e criar uma nova ordem política. **Iluminismo** é o nome que se dá à ideologia que foi sendo desenvolvida e incorporada pela burguesia com base nas lutas revolucionárias do final do século XVIII (VICENTINO; DORIGO, 2005, p. 218).

**BIBLIOGRAFIA**

- ANDRADE, Manuel Correia de. **Geopolítica do Brasil**. São Paulo: Ática, 1995.
- BRAUDEL, Fernand. **História e ciências sociais**. Lisboa: Presença, 1972.
- DALLARI, Dalmo de Abreu. **O que é participação política**. São Paulo: Brasiliense.
- FALEIROS, V. **O que é política social**. São Paulo: Brasiliense.
- MAGNOLI, Demétrio. **O que é geopolítica**. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- SANTOS, José Luiz. **O que é cultura**. São Paulo: Brasiliense.
- VICENTINO, Cláudio; DORIGO, Gianpaolo. **História para o ensino médio: História geral e do Brasil**. São Paulo: Scipione, 2005.